

Energia Empreiteiras deixam de lado plano de quatro hidrelétricas

Oposição indígena barra usinas brasileiras no Peru

Fabio Murakawa
De São Paulo

Quatro das cinco usinas hidrelétricas que seriam erguidas no Peru por construtoras brasileiras e que exportariam o excedente de energia para o Brasil não sairão do papel por conta da oposição de populações indígenas e da pressão de grupos ambientalistas, disse ao **Valor** uma fonte do governo brasileiro familiarizada com o tema. As empresas envolvidas nesses projetos — Eletrobras, Odebrecht, Engevix e Andrade Gutierrez — confirmam a paralisação dos projetos e dizem aguardar a autorização de Brasília para reto-

mar os contatos com o governo peruano.

Os empreendimentos enfrentam forte oposição no país e uma repercussão negativa na mídia peruana por alagarem reservas nacionais e provocarem o deslocamento de povos nativos.

A primeira a jogar a toalha oficialmente foi a Odebrecht, que na semana passada anunciou que não tem mais interesse em construir a hidrelétrica de Tambo 40, no centro do país, após reunião de membros da empresa com indígenas da Central Ashaninka do Rio Ene, que vem liderando um movimento contra a construção das usinas.

Ontem, consultadas pelo **Valor**,

Eletrobras, Andrade Gutierrez, e Engevix confirmaram a paralisação de outros três projetos: Tambo 60, Mainique 1 e Paquizzapango, todos na Amazônia peruana.

“Esses quatro projetos vão rodar”, disse ao **Valor** a fonte do governo brasileiro. “Em todos eles, as empresas estão jogando a toalha.”

As cinco centrais hidrelétricas fazem parte de um acordo entre os dois países. Construtoras brasileiras e a Eletrobras construiriam e operariam as usinas no país vizinho, gerando um total estimado em cerca de 6.000 MW.

As empresas formaram um grupo para desenvolver os projetos, sob o guarda-chuva do acordo energético Brasil-Peru, assinado

em 2010 pelos então presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Alan García. O tratado, explica a fonte do governo, “é um marco legal que permite que sejam construídas hidrelétricas para fornecer energia ao Peru e exportar o excedente ao Brasil”, além de interligar os sistemas dos dois países.

“Estamos em ‘stand by’. Não somos nós que vamos resolver os problemas que o Peru enfrenta”, disse ao **Valor** José Antunes Sobrinho, diretor-executivo Engevix. “Se continuar a indefinição, esse acordo vai morrer com o tempo.”

Das cinco usinas previstas, apenas uma deve se concretizar: a hidrelétrica de Inambari, cujas obras serão tocadas pela construtora brasileira OAS. Esse é o único dos cinco projetos que conseguiu ultrapassar a etapa de estudos de pré-viabilidade, já tem técnicos em campo e uma previsão de custo — em torno de US\$ 4,9 bilhões, segundo Augusto César Uzêda, diretor da Área Internacional da OAS.

Uma outra fonte do governo brasileiro diz que esse projeto já está em análise no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e que o banco de fomento brasileiro deve financiar entre 30% e 40% da obra. “Se levamos em conta apenas a agenda técnica, podemos começar as obras já em 2012”, disse Uzêda ao **Valor**. “A usina deve entrar em operação quatro anos depois disso.”

Segundo Uzêda, a geração de energia por 30 anos de concessão em Inambari representa o equivalente à metade de todas as reservas de gás certificadas no Peru em termos de potencial energético. Ele explica que a obra sofre menos resistência por ocupar uma área já degradada e onde não há grandes populações indígenas.



O ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Guido Westerwelle

Berlim quer reforçar ‘direito de intervenção’ da UE em países do euro

Humberto Saccomandi
De São Paulo

A Alemanha está convencida de que o seu rigor fiscal é a melhor saída para a crise da dívida na Europa e, para isso, quer que as instituições europeias tenham um “direito de intervenção” nas finanças dos países membros do euro. É o que diz o ministro das Relações Exteriores alemão, Guido Westerwelle, em entrevista ao **Valor**.

“Empenhamo-nos por uma alteração limitada do Tratado da União Europeia porque queremos continuar a desenvolver a União Europeia no sentido de uma ‘União de Estabilidade’, que assegure uma confiança duradoura no euro mediante uma disciplina mais rigorosa no nível nacional e direitos de intervenção reforçados da Comissão Europeia”, afirmou.

Westerwelle, que lidera o partido liberal, participa hoje em Berlim de um evento sobre oportunidades de negócios na América Latina. “A América Latina é uma das regiões de crescimento mais dinâmico do mundo. Nós, europeus, temos um elevado interesse em continuarmos a intensificar nossas relações também na área econômica”, disse. Leia abaixo a entrevista completa, concedida por escrito.

Valor: A Alemanha espera que o Brasil participe de algum modo do socorro a países europeus?

Guido Westerwelle: Na Cúpula do G-20, em Cannes, os chefes de governo decidiram desenvolver diversas possibilidades para que grandes economias contribuam para a estabilização do sistema monetário mundial. No momento estamos trabalhando neste projeto — também em cooperação com o Brasil, país que escreveu, nos últimos anos, uma impressionante história de sucesso econômico.

Valor: Por que a Alemanha é contra a proposta da Comissão Europeia de emissão de eurobônus ou à possibilidade de permitir que o Banco Central Europeu compre ilimitadamente bônus da dívida de países europeus em crise financeira?

Westerwelle: Uma crise da dívida não pode ser superada facilitando o ato de contrair dívidas. As reformas que implementamos na Europa neste momento têm sobretudo por objetivo a renovação da confiança no euro. Este objetivo só pode ser alcançado se todos os Estados do euro seguirem, de modo consequente, um curso de austeridade e de redução da dívida pública. Simultaneamente promovemos, na Europa, reformas estruturais que irão reforçar a nossa competitividade global. Estou convicto de que estas reformas possam indicar o caminho para sair da crise.

Valor: Se forem feitas mudanças no tratado europeu que criem uma união fiscal, a Alemanha ficaria mais à vontade para permitir que o BCE financie os países em crise?

Westerwelle: Empenhamo-nos por uma alteração limitada do Tratado da União Europeia porque queremos continuar a desenvolver a União Europeia no sentido de uma “União de Estabilidade”, que assegure uma confiança duradoura no euro mediante uma disciplina mais rigorosa no nível nacional e direitos de intervenção reforçados da Comissão Europeia. Acaba-

riamos por destruir novamente esta confiança se o BCE deixasse de cumprir sua tarefa de preservar a estabilidade monetária.

Valor: O sr. acha que os programas de austeridade pedidos aos países mais afetados pela crise, como a Grécia, são politicamente realizáveis?

Westerwelle: Considerando a situação atual das finanças públicas em alguns Estados do euro, não há saída sem medidas de austeridade. Os Estados do euro agora deverão envidar todos os esforços possíveis para executar estas medidas. As pessoas que vivem nesses países estão cientes deste problema.

Valor: Muitos classificaram como pouco democráticos os processos de transição política na Grécia e na Itália e acusam os novos governos de terem sido escolhidos pela chanceler Angela Merkel. A Alemanha teme o surgimento de um sentimento anti-alemão na Europa?

Westerwelle: A Alemanha assume sua responsabilidade na Europa ativamente. Isso condiz com as expectativas que as pessoas da Europa inteira nutrem diante da Alemanha como maior economia nacional da zona do euro.

Valor: Vários economistas dizem que os países mediterrâneos são menos eficientes e têm dificuldade de competir com a Alemanha sem poder desvalorizar sua moeda. Como contornar esse problema dentro da união monetária?

Westerwelle: É possível aumentar a competitividade no seio de uma união monetária através do aumento da eficiência e de uma maior produtividade. Nos últimos anos, a Alemanha executou reformas e realizou uma consolidação orçamentária. Isso também contribuiu para uma melhor situação do país no presente.

Valor: A crise financeira torna mais difícil obter um acordo de redução de emissões na Conferência do Clima da ONU em Durban?

Westerwelle: Nosso trabalho em prol da superação da crise da dívida não deverá fazer com que o nosso empenho pela proteção do clima esmoreça. Por esta razão desejo que a Conferência do Clima, que está sendo realizada em Durban, seja bem mais ambiciosa em relação às metas de redução de emissões e que estabeleça, sobretudo, um roteiro para chegarmos, o mais rápido possível, a um acordo global vinculante.

Valor: O Mercosul e a União Europeia negociam há muitos anos um acordo de livre comércio. É possível vender ao eleitorado europeu um acordo de livre comércio num momento em que a Europa está numa profunda crise, com desemprego elevado?

Westerwelle: A América Latina é uma das regiões de crescimento mais dinâmicas do mundo. Nós, os europeus, temos, pois, um elevado interesse em continuarmos a intensificar as nossas relações também na área econômica. Esse será precisamente o tema da conferência de que participo hoje, em Berlim, juntamente com empresas líderes alemãs. A redução continuada de barreiras alfandegárias irá contribuir para aumentar o bem estar em ambos os lados do Atlântico criando, assim, novos empregos para europeus e latino-americanos.

As usinas brasileiras no Peru

Quatro de cinco projetos estão parados por conflitos socioambientais



- 1 Paquizzapango**
Empresa: Engevix
Potência: 2.000 MW a 2.800 MW
Situação: Empresa iniciou estudos de pré-viabilidade, mas interrompeu trabalhos à espera de definição do governo peruano e das comunidades indígenas
- 2 Mainique 1**
Empresa: Andrade Gutierrez
Potência: 607 MW
Situação: Fontes afirmam que os trabalhos, ainda em fase de estudos preliminares, foram interrompidos. Empresa aguarda posição do governo peruano
- 3 Tambo 60**
Empresa: Eletrobras
Potência: 579 MW
Situação: Foram feitos estudos preliminares, mas a resistência de indígenas interrompeu os trabalhos. Empresa aguarda autorização de Brasília para retomar contatos com o governo peruano
- 4 Tambo 40**
Empresa: Odebrecht
Potência: 1.286 MW
Situação: Empresa anunciou oficialmente na semana passada sua retirada do projeto, após protestos de comunidades indígenas
- 5 Inambari**
Empresa: OAS
Potência: 2.000 a 2.200 MW
Situação: Empresa realiza estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e aguarda licença definitiva do governo. BNDES deve financiar de 30% a 40% da obra

Fonte: Eletrobras, Engevix, OAS, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Ministério de Minas e Energia do Peru, Central Ashaninka do Rio Ene

Pobreza cai, mas indigência ainda cresce na AL

Thiago Resende
De Brasília

A taxa de pobreza na América Latina deve cair em 2011 em relação ao ano passado, mas a indigência (extrema pobreza) na região deve piorar. As previsões foram divulgadas ontem pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), ligada à ONU.

O percentual da população indigente deve avançar de 12,3% para 12,8% na região. Em números absolutos, o relatório prevê que a quantidade de pessoas que não têm condição de comprar nem uma cesta básica de alimentos deve aumentar em 3 milhões, para um total de 73 milhões.

O relatório “Panorama Social da América Latina” estima que o ano termina com 174 milhões de pessoas em condição de pobreza, incluindo os indigentes. Com isso a taxa da região deve cair de 31,4% para 30,4% da população, o menor índice em 30 anos. O principal motor desse fenômeno, segundo a Cepal, é o aumento da renda em fun-

ção de oportunidades no mercado de trabalho, além dos programas de transferência de renda.

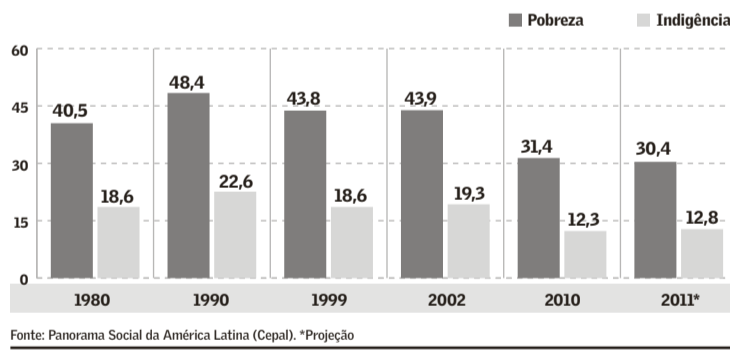
Mas a secretária executiva da Cepal, Arícia Bárcena, pondera: “Estamos falando em mais empregos, não necessariamente de [vagas] formais, não necessariamente com proteção social”, disse.

A continuidade desses avanços será possível se houver uma mudança na composição do emprego na América Latina, conclui. A Cepal comparou a participação dos tipos e portes de empresas na composição do PIB de 18 países da região com a distribuição dos trabalhadores nessas companhias.

As pequenas empresas representam apenas 10,6% da produção, mas empregam 50,2% da mão de obra latino-americana. A situação se inverte nas grandes empresas. Elas concentram 66,9% do PIB e apenas 19,8% da força de trabalho. “O emprego é maior nas [empresas] de pequena escala, que têm pouco valor agregado, e isso afeta a renda”, explica Carlos Mussi, diretor do escritório do Ce-

A pobreza na América Latina

Em percentual da população



Fonte: Panorama Social da América Latina (Cepal). *Projeção

pal no Brasil. O estudo indica a “inversão produtiva”, ou seja, transformar as economias nacionais e mudar essas composições por meio, essencialmente, de capacitação profissional e educação.

Outro desafio apontado pela Cepal é a necessidade de reforma nos sistemas de Previdência Social. Do contrário, a dificuldade de financiar uma proteção social de caráter universal vai se agravar, diante de sociedades mais envelheci-

das e com menos trabalhadores.

Ao analisar a evolução do gasto público e de receita dos países, além de fazer projeções para ambos, o relatório destaca que “há margem fiscal e de gasto social para avançar em proteção social inclusiva”, tanto para pensões e aposentadorias como para programas de transferências a grupos em condições de vulnerabilidade.

Mais sobre o estudo em www.cepal.org

Curtas

Confiança nos EUA

O índice de confiança do consumidor dos Estados Unidos, medido pelo Conference Board, subiu de 40,9 em outubro para 56,0 em novembro e ficou bem acima dos 45,0 esperados por analistas. O nível atingido é o maior desde julho.

Desemprego no Japão

A taxa de desemprego do Japão avançou de 4,1% em setembro para 4,5% em outubro — o número total de pessoas sem trabalho é de 2,88 milhões. Segundo o governo, o aumento refletiu, em parte, o fato de que pessoas que tinham desistido temporariamente de buscar emprego, especialmente mulheres, voltaram a ir atrás de uma vaga.

Embaixada britânica atacada no Irã



Aos gritos de “morte ao Reino Unido”, um grupo de iranianos invadiu ontem o conjunto de edifícios pertencentes à representação diplomática britânica (foto) em Teerã. Em protesto contra novas sanções ao país impostas pelo Reino Unido, eles quebraram janelas e incendiaram um carro e a bandeira britânica. Seis funcionários da embaixada foram momentaneamente retidos pelos invasores. “O governo iraniano deve reconhecer que haverá sérias consequências pelo fracasso na proteção de nossos funcionários. Vamos examinar nos próximos dias quais devem ser essas medidas”, disse o primeiro-ministro britânico, David Cameron. De acordo com a agência estatal de notícias Mehr, o Ministério das Relações Exteriores do Irã afirmou que as ações de um “pequeno” número de manifestantes foram “lamentáveis”.